

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2018



Concurso Público para provimento de vagas de Consultor Técnico-Legislativo Categoria Taquígrafo Especialista

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C36', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA****Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 e 2.

Lagoa

*Eu não vi o mar.
Não sei se o mar é bonito,
não sei se ele é bravo.
O mar não me importa.*

*Eu vi a lagoa.
A lagoa, sim.
A lagoa é grande
e calma também.*

*Na chuva de cores
da tarde que explode
a lagoa brilha
a lagoa se pinta
de todas as cores.*

*Eu não vi o mar.
Eu vi a lagoa...*

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia 1930-62**.
São Paulo, Cosac Naify, 2012, p. 79)

1. Uma interpretação adequada do poema está expressa em:
 - (A) A lagoa representa a realidade tangível, a que o sujeito lírico atribui valores estéticos.
 - (B) O mar simboliza o desejo de transcendência do sujeito lírico, que se vê tolhido pelo seu entorno.
 - (C) O mar evoca as frustrações passadas do sujeito poético; a lagoa é a promessa de dias melhores.
 - (D) O sujeito lírico superestima a lagoa, cujo brilho se opõe a uma inerente obscuridade do mar.
 - (E) A lagoa é associada pelo sujeito poético a valores espirituais e provoca sensações que vão da calma à exasperação.

2. Acerca da linguagem empregada no poema, está correto o que se afirma em:
 - (A) A vírgula no sexto verso – *A lagoa, sim.* – serve ao propósito de sinalizar a presença de uma estrutura elíptica.
 - (B) Se os dois períodos iniciais do poema forem reescritos em um único, com as devidas alterações, a relação de sentido original será preservada pelo acréscimo de *conquanto* entre o primeiro e o segundo versos.
 - (C) A frase *O mar não me importa* está tão em conformidade com a norma-padrão da língua quanto a frase “O mar não importa à mim”.
 - (D) As reticências no último verso do poema reiteram o tom de lamentação que se desenvolve progressivamente ao longo dos versos.
 - (E) O pronome *se* em *a lagoa se pinta* tem a mesma função sintático-semântica que a observada em “Maria e João se ofenderam mutuamente em uma discussão na rede social”.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 3 a 8.

A crítica sistemática da ligação entre discurso e poder adquire plena evidência na Idade Moderna, sobretudo a partir da luta que a cultura renascentista empreende contra a força da tradição eclesiástica e contra os preconceitos da nobreza e da monarquia por direito divino.

O combate acendeu-se à medida que o conhecimento científico precisou enfrentar a ditadura do *magister dixit*¹ aristotélico lançada pela Contrarreforma. A ciência cumpria então o objetivo de instaurar os métodos confiáveis da experiência e da indução e os procedimentos da dedução matemática. Para tanto, era necessário dissipar a névoa cerrada dos falsos conceitos que impediam o exercício do olhar racional da nova Astronomia e da nova Física.

Remover o princípio de autoridade foi a tarefa que se propuseram Erasmo e Rabelais, precedidos pela perícia filológica dos humanistas italianos do século XV. Lorenzo Valla, entre outros tantos, examinou documentos medievais e desmentiu a versão canônica da doação das terras vaticanas que o imperador Constantino teria feito ao bispo de Roma. A sua análise linguística provou que o latim do diploma de doação era “bárbaro”; um texto forjado, portanto, cuja língua não correspondia ao estilo oficial romano do século IV.

A denúncia das correntes hegemônicas, expressa em geral em tom satírico, terá sido o primeiro passo para constituir uma noção crítica de ideologia, antes mesmo do aparecimento do termo, que é do fim do século XVIII. O *Dictionnaire étymologique*² de Albert Dauzat dá como seu criador o filósofo Destutt de Tracy, em 1796.

A ruptura de um grupo intelectual ou de um movimento político com o estilo de pensar dominante abre neste a ferida do dissenso. Um pensamento de oposição traz consigo o momento da negatividade, contesta a autoridade, tida por natural, do poder estabelecido, acusa as suas incoerências e, muitas vezes, assume estrategicamente o olhar de um outro capaz de erodir a pseudovalidade do discurso corrente. Os períodos de crise cultural engendraram a suspeita de que pode não ser verdadeiro ou justo o sistema de valores que “toda gente” admite sem maiores dúvidas.

(Trecho citado de: BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia**: temas e variações. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 13-14.)

¹ *magister dixit*: expressão latina que equivale a “o mestre disse”;

² *Dictionnaire étymologique*: Dicionário etimológico.

3. A partir das informações do texto, conclui-se corretamente:

- (A) A palavra *ideologia* só chega a ser dicionarizada muito tempo depois de o vocábulo ter se popularizado, especialmente por meio do discurso de pensadores renascentistas.
- (B) Cientistas renascentistas encontraram no discurso satírico a principal arma para expor suas teses nos debates por meio dos quais buscavam o aval de líderes eclesiásticos.
- (C) Para que se insturassem os métodos da experiência e da indução, tidos como confiáveis pelo pensador renascentista, era necessário desvendar os dogmas mais populares da Igreja.
- (D) O surgimento de uma noção crítica de ideologia está associado à tarefa de questionar o discurso dos poderosos, o que ocorreu na Renascença com argumentos de natureza científica.
- (E) A crítica ideológica é sobretudo eficaz em períodos de crise cultural, pois é exatamente nesses períodos que a sociedade está apta a enxergar a incompatibilidade entre prova e evidência.

4. Há correspondência de sentido entre as seguintes expressões empregadas no texto:

- (A) *pensamento de oposição*; *discurso corrente* (último parágrafo).
- (B) *força da tradição eclesiástica* (1º parágrafo); *humanistas italianos do século XV* (3º parágrafo).
- (C) *versão canônica* (3º parágrafo); *sistema de valores que “toda gente” admite sem maiores dúvidas* (último parágrafo).
- (D) *correntes hegemônicas*; *crítica de ideologia* (4º parágrafo).
- (E) *métodos confiáveis da experiência* (2º parágrafo); *princípio de autoridade* (3º parágrafo).

5. A ruptura de um grupo intelectual ou de um movimento político com o estilo de pensar dominante abre neste a ferida do dissenso.

Nesse trecho do último parágrafo, a palavra *dissenso* é empregada com o sentido de

- (A) extremismo.
- (B) incúria.
- (C) ataraxia.
- (D) ingerência.
- (E) discrepância.



6. O combate acendeu-se à medida que o conhecimento científico precisou enfrentar a ditadura do magister dixit aristotélico relançada pela Contrarreforma. A ciência cumpria então o objetivo de instaurar os métodos confiáveis da experiência e da indução e os procedimentos da dedução matemática. Para tanto, era necessário dissipar a névoa cerrada dos falsos conceitos que impediam o exercício do olhar racional da nova Astronomia e da nova Física. (2º parágrafo)
- Com relação às expressões sublinhadas no parágrafo transcrito acima, é correto afirmar que
- (A) *tanto* tem a função de garantir a progressão e a economia do texto ao retomar a expressão *dedução matemática*, atribuindo a esse segmento valor circunstancial de intensidade e quantidade.
- (B) *à medida que* estabelece relação de causalidade, o que imprime à locução *precisou enfrentar* o sentido de uma ação pontual, com início e fim claramente delimitados.
- (C) *instaurar* remete a uma ação iniciada no passado, cuja continuidade é dada como incerta, tendo em vista que sua realização se subordina ao êxito de um evento que a sucede.
- (D) *relançada* sugere que o autoritarismo do *magister dixit* aristotélico permanece tão popular com a Contrarreforma quanto havia sido no período que a antecedeu imediatamente.
- (E) *então* exprime circunstância de tempo, embora também possa ser interpretado como introdutor de fragmento conclusivo.
-
7. Remover o princípio de autoridade foi a tarefa que se propuseram Erasmo e Rabelais, precedidos pela perícia filológica dos humanistas italianos do século XV. (3º parágrafo)
- Este trecho está corretamente reescrito, no que se refere à norma-padrão da língua, em:
- (A) A tarefa de que se dedicaram Erasmo e Rabelais foi a de remover o princípio de autoridade; precedendo-lhes a perícia filológica dos humanistas italianos do século XV.
- (B) A tarefa a que se lançaram Erasmo e Rabelais foi remover o princípio de autoridade; precedeu-os a perícia filológica dos humanistas italianos do século XV.
- (C) Erasmo e Rabelais deteram-se à tarefa de remover o princípio de autoridade, sendo que precedeu-os a perícia filológica dos humanistas italianos do século XV.
- (D) A perícia filológica dos humanistas italianos do século XV precedeu Erasmo e Rabelais, que consagraram-se da tarefa de remover o princípio de autoridade.
- (E) A perícia filológica dos humanistas italianos do século XV, precedeu Erasmo e Rabelais, os quais foi atribuída a tarefa de remover o princípio de autoridade.
-
8. A sua análise linguística provou que o latim do diploma de doação era "bárbaro"... (3º parágrafo)
- Apresenta a mesma função sintática do segmento sublinhado no trecho o que também está sublinhado em
- (A) Para tanto, era necessário dissipar a névoa cerrada dos falsos conceitos que impediam o exercício do olhar racional da nova Astronomia e da nova Física. (2º parágrafo)
- (B) A sua análise linguística provou que o latim do diploma de doação era "bárbaro"; um texto forjado, portanto, cuja língua não correspondia ao estilo oficial romano do século IV. (3º parágrafo)
- (C) Os períodos de crise cultural engendraram a suspeita de que pode não ser verdadeiro ou justo o sistema de valores que "toda gente" admite sem maiores dúvidas. (último parágrafo)
- (D) Para tanto, era necessário dissipar a névoa cerrada dos falsos conceitos que impediam o exercício do olhar racional da nova Astronomia e da nova Física. (2º parágrafo)
- (E) Lorenzo Valla, entre outros tantos, examinou documentos medievais e desmentiu a versão canônica da doação das terras vaticanas que o imperador Constantino teria feito ao bispo de Roma. (3º parágrafo)
-
9. A frase redigida em conformidade com a norma-padrão é:
- (A) Atento as formulações de clássicos da sociologia, Bosi investiga a dinâmica de inúmeros discursos, por vezes antagônicos que muita influência exerce sobre a sociedade moderna.
- (B) No livro, Alfredo Bosi discute as relações culturais entre Brasil e Europa e, ao fazê-lo, remete a obras seminais de pensadores como Joaquim Nabuco e Celso Furtado.
- (C) Bosi discorre acerca de autores essenciais da filosofia, política e literatura universais; destacando as estratégias contraideológicas que se valeram visando à combater o pensamento hegemônico.
- (D) Partindo do pressuposto que os diversos conceitos de ideologia fazem parte de uma mesma esfera de significação, Bosi analisa discursos cruciais para a formação da identidade ocidental.
- (E) Ao final do livro, Bosi analisa a obra de Machado de Assis em quanto um intérprete do Brasil que denunciou, a ideologia excludente do liberalismo oligárquico.



10. Está escrito com clareza e em conformidade com o que se exige em comunicações oficiais o que se encontra em:
- (A) Senhor José da Silva, Vossa Excelência está convidada a participar do Encontro Nacional sobre Energias Alternativas, que realizar-se-á em 5 de outubro, à partir das 9 horas, no Espaço Alfa.
 - (B) Anexo a este e-mail te encaminho a ata da última reunião do Departamento, na qual constam as assinaturas de todos os participantes, excetuando-se à de Vossa Excelência.
 - (C) Em um prazo de dez dias, será encaminhada a Vossa Senhoria a cópia da versão definitiva do projeto que regulamenta o uso das áreas de interesse ecológico do Município.
 - (D) Informamos à Sua Senhoria que desta data em diante, apenas estaremos atendendo as solicitações de equipamento, feitas diretamente na plataforma digital.
 - (E) Comunico a Sua Excelência o recebimento do memorando 101/DJ, o qual foi devidamente encaminhado ao setor responsável, pela implementação do novo sistema de comunicação.
-
11. As formas verbais estão empregadas de modo a garantir a correção e a coesão da frase em:
- (A) Se se deseja expressar opinião sobre assuntos legislativos ou administrativos, é aconselhável que se entre em contato com a Ouvidoria por meio deste *site*.
 - (B) Caso houverem mais do que 10% (dez por cento) de reclamações, o projeto seria enviado a uma nova comissão avaliadora.
 - (C) A proteção e a integração de idosos constituem um compromisso dessa Câmara, assim como se devessem cuidar de quaisquer outros cidadãos.
 - (D) O uso do solo urbano ou rural, embora sejam de relevância para a população local, não integram a lista de assuntos a serem tratados em reunião.
 - (E) Competem à Câmara Legislativa do Distrito Federal propor e aprovar leis, bem como são de sua competência fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.
-
12. Está redigido corretamente, no que se refere à pontuação, o que se encontra em:
- (A) As despesas de pequeno vulto, previstas neste artigo, poderão ser instruídas na modalidade de pregão ou convite, por determinação do Ordenador de Despesa.
 - (B) Os convites realizados em substituição aos pregões desertos ou declarados fracassados, deverão ter seu edital resumido, publicado nos termos da referida Lei.
 - (C) O somatório das despesas de mesma natureza, por dispensa de valor, não poderá ultrapassar, o limite de 10% (dez por cento) do valor previsto.
 - (D) A dispensa de licitação deverá ser empregada como exceção, à regra de licitar, quando as despesas forem de difícil subordinação, ao processo normal de aplicação.
 - (E) O limite para realização das despesas por dispensa, de licitação, deve ser verificado cumulativamente, com as despesas com suprimentos de fundos de mesma natureza.

Direito Constitucional

13. Segundo o que dispõe a Constituição Federal de 1988 e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca das ações garantidoras de direitos fundamentais,
- (A) conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - (B) conceder-se-á *habeas corpus* para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - (C) é cabível a utilização de *habeas corpus* para a correção de qualquer ilegalidade, ainda que não implique a coação ou a ameaça de coação à liberdade de ir e vir.
 - (D) é cabível o *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
 - (E) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.



14. Nos termos da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- (A) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
 - (B) instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.
 - (C) promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
 - (D) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
 - (E) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
-
15. Considere as assertivas acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre as normas relativas à organização político-administrativa dos Municípios.
- I. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
 - II. Compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil, ensino fundamental, médio e superior.
 - III. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
 - IV. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - V. A eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, ocorrerá mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o país.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
 - (B) I, IV e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I, III e V.
-
16. À luz do que dispõe a Constituição Federal sobre as Limitações do Poder de Tributar, é
- (A) vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto, relativos ao seu patrimônio, renda e serviços, ainda que não relacionados com as finalidades essenciais das entidades mencionadas.
 - (B) vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, sendo, permitida, contudo, distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
 - (C) permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, além da cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
 - (D) permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
 - (E) vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

Direito Administrativo

17. Dentre as exigências legalmente autorizadas pela Lei nº 8.666/1993 a título de qualificação técnica para habilitação em licitações, está a possibilidade de exigir
- (A) o valor do faturamento mínimo das empresas que compõem o consórcio participante da licitação.
 - (B) a indicação do nome dos profissionais que cuidarão do contrato no caso do consórcio ou empresa a que estão vinculados sagrar-se vencedor na licitação.
 - (C) que o licitante demonstre a metodologia de execução, sempre que se tratar de licitação para contratação de obras e serviços.
 - (D) a relação de todos os contratos já assinados pelas empresas licitantes, para que a comissão de licitação analise a disponibilidade de caixa da empresa.
 - (E) comprovação de experiência anterior compatível com as características objeto da licitação.



18. A instauração e a tramitação de processos administrativos, nos termos do que dispõe a Lei nº 9.784/1999,
- (A) dependem de provocação do interessado, ou seja, aquele que representou o servidor, no caso de processo disciplinar, ou o requerente, quando estiver pleiteando algum direito ou pretensão perante a Administração pública.
 - (B) dependem da observância de formalidades expressas, tais como o reconhecimento de firmas e autenticação de cópias, além de apresentação de certidões dotadas de fé pública.
 - (C) devem observar o prazo padrão de cinco dias para a realização dos atos no processo, válido para todas as partes, sem prejuízo de ser possível a prorrogação por decisão da Administração pública.
 - (D) podem contar com medidas acautelatórias determinadas pela Administração pública sem prévia manifestação do interessado, sempre que entender relevante para a apuração dos fatos e do interesse público.
 - (E) não dependem de forma previamente determinada, salvo exceções expressamente previstas em lei para algum ato ou procedimento específico.
-
19. Com o início de uma nova gestão, foi nomeado outro secretário para a Pasta Estadual da Saúde, que solicitou o levantamento dos contratos em execução no órgão. Foi apurado, nesse contexto, que um importante contrato de fornecimento de medicamentos para abastecimento das unidades de saúde estaduais fora subscrito, na ausência do secretário anterior, por funcionário desprovido de poderes de representação. Diante da constatação, o novo secretário de estado
- (A) deve instaurar procedimento administrativo para regularizar o contrato, notificando o secretário anterior para subscrição do instrumento, cujos efeitos valerão *ex tunc*.
 - (B) pode considerar regular e válido o contrato, não constituindo a delegação de poderes de representação uma formalidade essencial à validade do ato.
 - (C) poderá convalidar o ato praticado pelo funcionário incompetente, tendo em vista que se trata de vício sanável e que a regularização da representação do órgão no contrato atenderá o interesse público.
 - (D) deverá intimar a contratada para reportar a nulidade do contrato, conferindo prazo para manifestação e apresentação dos valores referentes aos serviços executados para ressarcimento.
 - (E) poderá revogar o contrato, diante do vício constatado, não eximindo a Administração pública de indenizar a contratada pelos serviços executados.
-
20. No âmbito do controle exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas,
- (A) as decisões condenatórias impositivas de multas às autoridades responsáveis no caso de despesas consideradas ilegais, aplicadas pelos Tribunais de Contas, têm eficácia de título executivo.
 - (B) as Cortes de Contas podem sustar atos e contratos cujos vícios de legalidade não sejam sanados pelos responsáveis no prazo conferido em procedimento próprio.
 - (C) não podem ser incluídos os atos, contratos e contas das empresas estatais consideradas independentes.
 - (D) é facultado aos Tribunais de Contas, diversamente do Poder Judiciário, o exame dos atos discricionários e vinculados, cuja revisão é imperiosa.
 - (E) as decisões proferidas pelos Tribunais de Contas de caráter condenatório e impositivo de sanções dependem de homologação do Poder Legislativo para sua exequibilidade.
-
21. No curso da execução de um contrato de concessão de serviço público de transporte metroviário, a concessionária passou a dar causa a repetidas interrupções na prestação dos serviços, gerando sucessivas paralisações e interdições de estações. Notificada a regularizar a situação nos termos do disposto contratualmente, a concessionária informou que não teria como resolver o problema no curto prazo, pois estaria enfrentando problemas técnicos e financeiros. Diante do cenário, ao poder concedente caberá
- (A) encampar a concessão, diante do inadimplemento da concessionária, que será indenizada pelos serviços executados após a assunção dos bens e atividades pelo poder concedente.
 - (B) declarar a reversão dos bens afetados à concessão e, após, apurar a responsabilidade pela inadequação da prestação de serviços, declarando a encampação ou caducidade ao final.
 - (C) decretar a caducidade da concessão, após regular processo administrativo demonstrando a efetiva inadimplência da concessionária, com a consequente indenização pelos investimentos não amortizados.
 - (D) declarar a caducidade da concessão precedida de autorização legislativa e de processo administrativo para apuração da indenização devida pelos investimentos realizados.
 - (E) instaurar procedimento administrativo para apuração do valor cabível a título de indenização, a fim de viabilizar a rescisão administrativa e consensualmente pelas partes.

**Processo Legislativo**

22. Nos termos da Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, que disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal, remissão é a referência expressa a lei ou a dispositivo de lei, sendo admitida a incorporação por remissão, que se trata do recurso pelo qual se manda aplicar a uma lei o que está disciplinado em outra. Sobre remissão, é correto afirmar que:
- (A) é vedada a incorporação por remissão, se a lei ou dispositivo de lei incorporado não se adaptar rigorosamente ao que disciplina a lei incorporadora, ainda que a remissão seja feita de modo genérico.
 - (B) na remissão, ao número do artigo e isoladas por vírgula, se for o caso, seguem-se as unidades de articulação complementares do artigo, devendo a menos abrangente preceder a mais abrangente.
 - (C) na remissão a parágrafo, será utilizado o símbolo “§”, sendo vedada a utilização do símbolo “§§” para remissão a mais de um parágrafo.
 - (D) a incorporação por remissão não admite a incorporação de alteração posterior.
 - (E) é vedada a incorporação por remissão se a lei ou dispositivo de lei incorporado for de hierarquia inferior ao da lei incorporadora.
-
23. A respeito da iniciativa das leis complementares e ordinárias, considere as seguintes assertivas:
- I. A iniciativa das leis complementares e ordinárias, observadas a forma e os casos previstos na Lei Orgânica, cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Legislativa.
 - II. Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a iniciativa das leis que disponham sobre servidores públicos do Distrito Federal e seu regime jurídico.
 - III. Não é admitido aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal.
 - IV. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara Legislativa de projeto de lei devidamente articulado, justificado e subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Distrito Federal, distribuído por três zonas eleitorais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.
-
24. Nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara Legislativa. A respeito das proposições,
- (A) os projetos de lei complementar e de resolução destinam-se a dispor sobre as matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
 - (B) matéria constante de projeto de lei rejeitado ou havido por prejudicado não poderá constituir objeto de nova proposição na mesma sessão legislativa.
 - (C) moção é a proposição apresentada como acessória de outra com o objetivo de alterar sua forma original.
 - (D) indicação é a proposição por meio da qual a Câmara Legislativa sugere a outro Poder a execução de medidas que não se incluam na competência do Legislativo.
 - (E) as proposições não estão sujeitas a um número mínimo de subscritores.
-
25. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, emenda é a proposição apresentada como acessória de outra com o objetivo de alterar sua forma original. No que se refere às emendas:
- (A) emenda substitutiva dá nova redação a dispositivo da proposição principal.
 - (B) a apresentação de emenda aglutinativa não implica a retirada das emendas das quais resulta.
 - (C) subemenda é a emenda apresentada por relator, na comissão, a outra emenda.
 - (D) emenda de Plenário é apresentada diretamente à comissão, no prazo de dez dias, a partir do recebimento da proposição principal.
 - (E) emenda modificativa faz acréscimo de dispositivo ao texto da proposição principal.
-
26. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, dispõe, a respeito da sanção e do veto do Governador no processo legislativo do Distrito Federal, que
- (A) estão sujeitos a sanção ou veto apenas os projetos de lei complementar, de lei ordinária e de resolução.
 - (B) a sanção é o ato pelo qual o Governador exterioriza sua aquiescência ao projeto aprovado pela Câmara Legislativa, não sendo admitida a sanção tácita.
 - (C) veto é o ato pelo qual o Governador nega sanção a projeto aprovado pela Câmara Legislativa, devendo abranger o texto integral do projeto.
 - (D) a sanção não supre vício de iniciativa, nem de outras etapas a que os projetos estão sujeitos.
 - (E) por se tratar de ato político, o veto não precisa ser motivado.

**Realidade do Distrito Federal**

27. A Câmara Legislativa do Distrito Federal tem peculiaridade única entre os órgãos legislativos brasileiros, que a torna diferente dos parlamentos de outras cidades e Estados do Brasil, porque
- (A) tem a prerrogativa de atuar junto ao Congresso Nacional.
 - (B) vereadores e deputados estaduais atuam numa mesma Casa.
 - (C) acumula as competências legislativas de Estado e de Município.
 - (D) é um órgão auxiliar do governo federal.
 - (E) tem o poder de legislar para o Governador e o Prefeito.
-
28. O ex-presidente brasileiro homenageado no Panteão da Pátria e da Liberdade, projetado por Oscar Niemeyer e inaugurado no dia 7 de setembro de 1986, é
- (A) João Batista Figueiredo.
 - (B) José Sarney.
 - (C) Juscelino Kubitschek.
 - (D) Ernesto Geisel.
 - (E) Tancredo Neves.
-

Língua Estrangeira: Inglês

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

Atenção: Para responder às questões de números 29 e 30, considere o texto abaixo.

Bill Introduction Limits. *State legislators are faced with two conflicting pressures. On the one hand, lawmakers are asked to sponsor a great deal of legislation because constituents and interest groups insist "there ought to be a law" for every public problem. . . . , legal provisions specify the length of time that most legislative bodies may remain in session. The ability to consider a steadily increasing volume of bills is not necessarily compatible with restricted session time. In response, many chambers have experimented with ways to curb the amount of legislation that enters the process. The most direct approach is to set a numerical limit on bill introductions.*

(Adapted from: <http://www.ncsl.org/documents/legismgt/ILP/96Tab3Pt1.pdf>)

29. A expressão que preenche corretamente a lacuna é
- (A) *In other words*
 - (B) *In contrast with*
 - (C) *In addition to*
 - (D) *On the other hand*
 - (E) *On the whole*
-
30. Segundo o texto,
- (A) o número de proposições apresentadas tem diminuído devido à limitação do tempo das sessões.
 - (B) as sessões da assembleia legislativa não têm limite de duração.
 - (C) toda proposição apresentada deve ser votada dentro de um período estipulado.
 - (D) é consenso que deve haver uma lei para todo problema público.
 - (E) há certa incompatibilidade entre o número de proposições apresentadas e o tempo limitado das sessões.
-



Língua Estrangeira: Espanhol

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

Atenção: Para responder às questões de números 29 e 30, considere o texto abaixo.

La visita del vicepresidente de EE UU a un centro de refugiados venezolanos en Manaus provoca críticas

28/06/2018 - 13H28

PUBLICIDAD

MONICA PRESTES

PATRICIA CAMPOS MELLO

MANAUS

BRASILIA

En su último día en Brasil, el vicepresidente de EE UU, Mike Pence, visitó un centro para inmigrantes venezolanos, en Manaus.

El local, adaptado para recibir a familias enteras para no forzar la separación de padres e hijos, está entre los centros que pueden beneficiarse de la donación de más de US\$ 1 millón prometida por Pence para organizaciones de acogida a refugiados venezolanos en Brasil. No obstante, el vicepresidente todavía no ha definido los plazos de entrega de la donación.

AFP PHOTO / Ricardo OLIVEIRA



El vicepresidente de EE. UU. Mike Pence habla con los refugiados venezolanos en el Centro Humanitario de Santa Catarina en Manaus, el 27 de junio de 2018

(...)

Traducido por AZAHARA MARTÍN

(Disponível em: www1.folha.uol.com.br/internacional/es/mundo/2018/06/1973166)

29. En la frase “... **para no forzar la separación de padres e hijos**, ...”, ¿por qué se utiliza la “**e**” como coordinante?

- (A) Porque se equivocaron.
- (B) Porque se puede elegir la coordinante que quiera sin cometer equívocos gramaticales.
- (C) Porque la “e” es la coordinante de adición oficialmente usada para unir dos oraciones.
- (D) Porque cuando la coordinante es seguida de una palabra que empieza por “i” o “hi” siempre será sustituida por la “e”.
- (E) Porque la coordinante “e” se suele usar solamente entre dos sustantivos.

30. En el texto, se encuentra un Pronombre Posesivo. ¿Cuál es?

- (A) en
- (B) por
- (C) todavía
- (D) entre
- (E) su



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atenção: As questões de números 31 a 36 referem-se ao texto que segue.

No bellissimo ensaio em que trata das representações utópicas no século XVIII, Bronislaw Baczko¹ assinala que a vontade de redimir a civilização moderna dos males que a afligem e de erguer uma 'boa vida' coletiva está presente nas mais variadas formas do imaginário social, constituindo um marco do 'espírito do tempo'. A busca de um modelo ideal de convivência humana evidencia-se não só na proliferação de textos redigidos nos moldes tradicionais da literatura utópica, narrando viagens a um país feliz e/ou elaborando projetos para um governo justo, mas, também, na abundância de imagens e ideias para a reforma social em uma imensa quantidade de escritos e documentos pertencentes seja à cultura douta, seja à popular (cf. Baczko, 1979, passim).

A esse respeito, lembra o comentador, a bibliografia especializada no assunto registra cerca de 80 relatos de viagens imaginárias, publicados na França entre 1676 e 1789, número que apresenta um crescimento impressionante, chegando a mais de 2 mil textos, se forem consideradas as múltiplas e diferentes projeções utópicas presentes na literatura da época

A imagem de homens livres e iguais que vivem fraternalmente em comunhão de bens, sem leis nem governos, representa, em geral, o ideal de sociedade entre as correntes progressistas da época, fascinando inclusive escritores políticos como Voltaire, Montesquieu e Diderot, que nunca defenderam a abolição da propriedade e do Estado, circunscrevendo suas propostas de reforma do poder ao âmbito de um despotismo esclarecido, fiscalizado por uma opinião pública letrada, ou de uma monarquia constitucional inspirada no modelo vigente na Inglaterra após a Revolução Gloriosa².

De modo análogo, Charles Rihs³, em seu livro sobre os utopistas do século XVIII, chama a atenção para essas 'antinomias', lembrando, por exemplo, o descompasso entre o ideário social elitista de Voltaire e suas observações, feitas ao historiar os costumes, a respeito da felicidade dos povos do Novo Mundo e das tribos africanas que ignoram "o meu e o teu" (cf. Rihs, 1970, p. 14). Na mesma linha, Montesquieu, rígido defensor do 'espírito das leis' em sua obra principal, retrata com entusiasmo, nas Cartas persas, a organização social do pequeno reino árabe dos Trogloditas, onde todos trabalham jocosa e espontaneamente pelo bem comum. Além das divagações utópicas suscitadas pela investigação geográfica e histórica de culturas não-europeias, os homens das Luzes empreendem também a aventura filosófica, suspensa entre o real e o imaginário, como o Suplemento à Viagem de Bougainville, de Diderot, ou o Eldorado, em Cândido, de Voltaire, visões de paraísos onde os homens vivem felizes, sem brigas pela riqueza e pelo poder.

(Adaptado de PIOZZI, Patrícia. **Os arquitetos da ordem anárquica:** de Rousseau a Proudhon e Bakunin. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p.73-74)

Obs.: ¹Bronislaw Baczko (1924-2016), filósofo e historiador de ideias polonês.

²Revolução Gloriosa ou Segunda Revolução Inglesa: movimento revolucionário de caráter pacífico, ocorrido na Inglaterra entre os anos de 1688 e 1689, que gerou a troca do absolutismo monárquico pela monarquia parlamentar.

³Charles Rihs, autor de obra sobre os filósofos utopistas.

31. Nesse texto, a autora,

- (A) mantendo a objetividade necessária a um ensaio, retrata a sequência temporal em que foi sendo construída a ideia de sociedade que assegurasse uma vida coletiva digna e justa.
- (B) em sequências analíticas e explicativas, expõe e comenta ponderações sobre escritores que expressaram seus pensamentos sobre uma sociedade ideal.
- (C) em densa estrutura argumentativa, opõe sequências que dialogam entre si, o que lhe permite fazer um balanço das suas convergências e divergências, tendo como objetivo avaliá-las quanto a seus respectivos méritos.
- (D) valendo-se de sequências imperativas, defende uma específica concepção de "utopia", rejeitando certas divagações utópicas e defendendo a releitura de textos clássicos, como os de Voltaire, Montesquieu, Diderot.
- (E) analisando textos de que cita a autoria e data, desenvolve seu particular entendimento acerca dos críticos que estudaram as utopias; ao expressar sua opinião, demonstra discordar de certos pontos de vista que eles defendem.

32. Compreende-se corretamente:

- (A) As múltiplas representações de cidades em que os diversos grupos sociais viviam uma 'boa vida' marcaram o século XVIII francês como materialização do modelo ideal de governo justo.
- (B) Quando a escrita detalha um agrupamento humano fundamentado em leis justas e em instituições comprometidas com o bem-estar da coletividade, ela se torna uma literatura que difunde falsas quimeras, não utopias.
- (C) No século XVIII, o sentimento de que a coexistência humana harmoniosa estava longe de ser conseguida gerou a intenção de se idealizar uma outra maneira de estar no mundo, que se expressou por meio de mais de uma via.
- (D) A bibliografia oficial francesa registra 80 relatos de viagens imaginárias realizados entre 1676 e 1789, o que levou um especialista a fazer a projeção de que esse número poderá chegar a 2 mil.
- (E) O 'espírito' do século XVIII é caracterizado pela profusão de propostas para uma reforma social engendradas por eruditos e encampadas pelo estrato popular, em oposição aos impulsos do mero imaginário social.



33. *A imagem de homens livres e iguais que vivem fraternalmente em comunhão de bens, sem leis nem governos, representa, em geral, o ideal de sociedade entre as correntes progressistas da época, fascinando inclusive escritores políticos como Voltaire, Montesquieu e Diderot, que nunca defenderam a abolição da propriedade e do Estado, circunscrevendo suas propostas de reforma do poder ao âmbito de um despotismo esclarecido, fiscalizado por uma opinião pública letrada, ou de uma monarquia constitucional inspirada no modelo vigente na Inglaterra após a Revolução Gloriosa.*

O comentário que o trecho acima reproduzido, em seu contexto, legitima é:

- (A) O isolamento de *sem leis nem governos* por meio de vírgulas sinaliza que, por contemplar ideias inerentes à vida *em comunhão de bens*, o segmento exprime conteúdo acessório, sem o mesmo peso argumentativo que tem o adjunto adverbial anterior.
- (B) A expressão *em geral* delimita a dimensão segundo a qual deve ser compreendida a ideia de que *A imagem de homens livres e iguais [...] representa o ideal de sociedade entre as correntes progressistas da época.*
- (C) A referência a *nunca defenderam a abolição da propriedade e do Estado*, embora não tendo sido motivada por traço algum de sentido anterior, tem sua razão de ser pela relação que estabelece com a oração introduzida por *circunscrevendo*.
- (D) O emprego do advérbio *inclusive* denota que não havia, à época, nenhuma expectativa de que escritores políticos pudessem se sentir atraídos por imagens de homens livres e iguais vivendo *fraternalmente em comunhão de bens*.
- (E) Os limites que *Voltaire, Montesquieu e Diderot* impuseram a suas propostas de reforma do poder confirmavam teoria social de países que sustentavam que a sociedade existe de forma independente do poder exercido pelo Estado.

34. Considere o parágrafo 4, em seu contexto, e as assertivas abaixo.

- I. A expressão *essas 'antinomias'* remete ao comportamento que associa ideias progressistas, como a de vigilância ao poder, a ideias conservadoras, como a de preservar o poder de um soberano ou de uma elite.
- II. Ao apontar o que considera um *descompasso*, Charles Rihs evidencia o equívoco de Voltaire ao julgar que a felicidade dos povos do Novo Mundo e das tribos africanas decorre do seu costume ancestral de negar a ideia de propriedade.
- III. Dado o traço característico a ele atribuído, entende-se como descompasso o entusiasmo de Montesquieu ao conceber que pessoas possam trabalhar de modo divertido pelo bem comum sem que haja necessidade de instituições coercitivas.
- IV. Os filósofos Diderot e Voltaire devem exclusivamente à aventura que a filosofia propicia a concepção que construíram, representaram e comentaram, de um espaço em que os homens superam a condição humana de conflitos e infelicidades.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

35. *No bellissimo ensaio em que trata das representações utópicas no século XVIII, Bronislaw Baczko assinala que a vontade de redimir a civilização moderna dos males que a afligem e de erguer uma 'boa vida' coletiva está presente nas mais variadas formas do imaginário social, constituindo um marco do 'espírito do tempo'.*

Sobre o que se tem acima, afirma-se com correção:

- (A) Esta outra formulação para o início do parágrafo "Bronislaw Baczko, que trata das representações utópicas no século XVIII em bellissimo ensaio, assinala que" não prejudica traço algum do sentido que deve ser atribuído ao segmento original.
- (B) Os segmentos destacados em *a vontade de redimir a civilização moderna dos males que a afligem e de erguer uma 'boa vida' coletiva* são complementos de um mesmo nome, que, por sua vez, constitui o núcleo do sujeito de duas orações.
- (C) Os elementos destacados no trecho reproduzido (*que e que*) pertencem à mesma classe de palavras.
- (D) Pelo sentido que tem, o verbo "redimir" propicia, em frases em que se insere, o reconhecimento de uma informação subentendida, como se tem em "Redimiui-se fazendo hora extra"; é o que se vê também no trecho da autora acima transcrito.
- (E) Os verbos "redimir" e "tratar" estão empregados, no trecho, com regência exatamente do mesmo tipo.

36. Segmentos do texto vêm, abaixo, seguidos de observação quanto ao mecanismo de coesão textual de que fazem parte. A alternativa que apresenta correto reconhecimento do fenômeno de coesão é:

- (A) *No bellissimo ensaio em que trata das representações utópicas no século XVIII, Bronislaw Baczko assinala /* duas coesões por retomada de termo.
- (B) *Bronislaw Baczko assinala a vontade de redimir a civilização moderna dos males que a afligem /* um único elo coesivo, o pronome pessoal oblíquo.
- (C) *lembrando, por exemplo, o descompasso entre o ideário social elitista de Voltaire e suas observações, feitas ao historiar os costumes /* o último segmento estabelece coesão com o anterior somente por justaposição, sem articuladores subentendidos.
- (D) *Montesquieu, rígido defensor do 'espírito das leis' em sua obra principal, retrata /* um único elemento coesivo, o pronome possessivo.
- (E) *os homens das Luzes empreendem também a aventura filosófica /* retomada por antonomásia.



Atenção: Para responder as questões de números 37 a 39, leia o texto a seguir, adaptado de “Responsabilidade coletiva”, da filósofa política alemã Hannah Arendt (1906-1975), uma das mais influentes pensadoras do século XX. Neste texto, ela dialoga com o trabalho do “senhor Feinberg”.

Ainda seguindo o argumento do senhor Feinberg, diria que duas condições têm de estar presentes para a responsabilidade coletiva: devo ser considerado responsável por algo que não fiz, e a razão para minha responsabilidade deve ser o fato de eu pertencer a um grupo, o que nenhum ato voluntário meu pode dissolver, isto é, o meu pertencer ao grupo é completamente diferente de uma parceria de negócios que posso dissolver quando quiser. A questão da “transgressão cooperante no grupo” deve, obviamente, ser deixada em suspenso. Esse tipo de responsabilidade, na minha opinião, é sempre política, quer apareça na forma mais antiga em que toda uma comunidade assume a responsabilidade por qualquer ato de qualquer de seus membros, quer no caso de uma comunidade ser considerada responsável pelo que foi feito em seu nome. O último caso tem, é claro, mais interesse para nós, porque se aplica, para o bem e para o mal, a todas as comunidades políticas, e não apenas ao governo representativo. Todo governo assume a responsabilidade pelos atos e malféitorias de seus predecessores, e toda nação pelos atos e malféitorias do passado. Isso é verdade até para os governos revolucionários, que podem negar o compromisso com os acordos contratuais estabelecidos pelos seus predecessores. Quando Napoleão Bonaparte se tornou governante da França, ele disse: “Assumo a responsabilidade por tudo o que a França fez desde os tempos de Carlos Magno até o terror de Robespierre. Em outras palavras”, disse ele, “tudo isso foi feito em meu nome”.

(Responsabilidade e julgamento. Trad. Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 216-217)

37. Infere-se corretamente do texto:

- (A) O que se diz na frase injuntiva sobre “transgressão cooperante no grupo” funda-se no fato de que, nesta, a participação já não é vicária.
- (B) A obrigatoriedade de o indivíduo assumir a responsabilidade por algo que não executou é determinada pelo fato de voluntariamente ter-se associado a um coletivo.
- (C) Dissolução de responsabilidades são aceitas quando, e somente quando, contratos que as dispõem são efetuados por meio de legítimos instrumentos jurídicos.
- (D) As citadas formas de assunção de responsabilidade consideradas políticas constituem, respectivamente, exemplos do que a autora entende de aplicação *para o bem e para o mal*.
- (E) O fundamento do que Napoleão Bonaparte diz em “tudo isso foi feito em meu nome” está restrito ao fato de ele ser representante do corpo político.

38. O texto legitima a aceitabilidade do seguinte raciocínio:

- (A) Considerando que até a metade do texto Hannah Arendt se expressa na primeira pessoa do singular, e sendo ela uma mulher, deve-se entender como deslize a concordância nominal do particípio em *devo ser considerado responsável*.
- (B) O que se afirma sobre os governos revolucionários representa um argumento a favor da ideia de que todo governo assume a responsabilidade pelos atos e malféitorias de seus predecessores, ainda que esse argumento seja apresentado no texto como premissa necessariamente evidente e verdadeira.
- (C) Se o indivíduo quiser abandonar a comunidade em que está inserido para escapar da responsabilidade política e estritamente coletiva, ele simplesmente fará uma troca, de grupo e de tipo de responsabilidade, pois nenhum homem pode viver sem pertencer a algum grupo social.
- (D) Se um autor estabelece interação com outro, o faz concordando plenamente com ele, concordando em termos, ou discordando totalmente; quando Arendt não dá sinal de assunção de pensamento pessoal, confirma a adesão completa ao outro, já definida em *Ainda seguindo o argumento do senhor Feinberg*.
- (E) O paralelismo estabelecido nas linhas de 9 e 10 evidencia a plena igualdade que se instala entre todas as comunidades políticas, pois nada há a distinguir na amplitude dos *atos e malféitorias* assumidos por cada um dos citados responsáveis.

39. É correta a seguinte assertiva:

- (A) Em a *razão para minha responsabilidade deve ser o fato de eu pertencer a um grupo, o que nenhum ato voluntário meu pode dissolver*, o pronome destacado recupera a totalidade do segmento que o antecede.
- (B) Redação alternativa a *isto é, o meu pertencer ao grupo é completamente diferente de uma parceria de negócios que posso dissolver quando quiser* estaria clara e correta, sem prejuízo do sentido original, assim “a saber, o meu modo de fazer parte de um grupo é completamente distinto do modo de fazer parte de uma parceria de negócios, que posso, ou não, dissolver a qualquer momento”.
- (C) Relato do que está destacado em “Assumo a responsabilidade por tudo o que a França fez desde os tempos de Carlos Magno até o terror de Robespierre. Em outras palavras, disse ele, “tudo isso foi feito em meu nome” produzirá a formulação “Ele disse, em outras palavras, que tudo isso fora feito no nome dele”.
- (D) Em *O último caso tem, é claro, mais interesse para nós, porque se aplica [...] a todas as comunidades políticas*, a expressão destacada assinala que a autora assume fazer parte de um coletivo, que o leitor pode reconhecer, quer por seu saber prévio, quer pelos dados oferecidos na introdução do texto, visto que não há sinalização outra sobre os que poderiam partilhar das ideias expostas.
- (E) Transpondo a frase *Todo governo assume a responsabilidade pelos atos e malféitorias de seus predecessores* para a voz passiva, ocorrerá a forma “era assumida”.



Atenção: A questão de número 40 refere-se ao trecho a seguir.

De todos os fenômenos da cultura humana, o mito e a religião são os mais refratários a uma análise meramente lógica. O mito, à primeira vista, parece apenas caos – uma massa disforme de ideias incoerentes. Procurar as “razões” para tais ideias parece fútil e vão. Se existe alguma coisa que seja característica do mito, é o fato de que ele “não tem pé, nem cabeça”. Quanto ao pensamento religioso, não está de modo algum em oposição, necessariamente, ao pensamento racional ou filosófico. Determinar a verdadeira relação entre esses dois modos de pensamento foi uma das principais tarefas da filosofia medieval. Nos sistemas do alto escolasticismo, o problema parecia ter sido solucionado. Segundo Tomás de Aquino, a verdade religiosa é supranatural e suprarracional; mas não é “irracional”. Com base apenas na razão, não podemos penetrar os mistérios da fé. No entanto, esses mistérios não contradizem, mas completam e aperfeiçoam a razão.

(CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o Homem**: introdução a uma filosofia da cultura. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994, Coleção Tópicos, p. 121)

40. A alternativa que apresenta os pontos mais relevantes do trecho acima, de modo claro, conciso e em conformidade com a norma-padrão da língua é:
- (A) O pensamento não é sempre detentor das verdades, sejam filosóficas, religiosas ou míticas. Inerentemente “sem pé, nem cabeça”, o mito torna fútil tentativas de entendê-lo. Sobre o pensamento religioso: não é obrigatório ser oposto à razão e à filosofia. Tomás de Aquino, escolástico, diz que a religião não é irracional, mesmo sendo supranatural e suprarracional. E os mistérios aperfeiçoam a razão.
 - (B) Fenômenos que parecem caóticos, incompreensíveis, não quer dizer que sejam refratários a uma análise lógica ou filosófica. Se fossem, seria futilidade lidar com eles. O mito e o pensamento religioso foram grandes desafios enfrentados pelos sistemas do alto escolasticismo, solucionados, por breve tempo, por Tomás de Aquino, ao defender que as verdades desses fenômenos não são irracionais.
 - (C) Ser refratário a uma análise fundada na razão não é mérito só do mito, mas também da religião. Ambos se aproximam, por ser fútil tentar desvendá-los. A filosofia, com Tomás de Aquino, tentou resolver o impasse, vendo a verdade religiosa como impenetrável, mas não por ser “irracional”; sendo supranatural e suprarracional, tem mistérios, que, compreendidos, reforçam a razão.
 - (D) Uma tarefa central da filosofia medieval foi entender a relação da religião com a racionalidade. Segundo o escolástico Tomás de Aquino, a verdade religiosa é supranatural e suprarracional, mas não “irracional”. Seus mistérios são imunes à razão pura, mas eles não a contradizem: a completam e aprimoram. Como a religião, o mito, por sua aparente incoerência, desafia também a razão.
 - (E) A cultura humana tem como o maior desafio entender o mito e a religião; o primeiro, por sua incoerência, a segunda, por ser, às vezes, avessa ao pensamento racional ou filosófico. Parece inócuo buscar as razões desses fenômenos. Segundo Tomás de Aquino, ser supranatural e suprarracional não é ser “irracional”, o que soluciona a questão, pois os mistérios, ao invés de contrariar a razão, a confirmam.

Atenção: As questões de números 41 e 42 referem-se ao trecho a seguir.

Como disse Machado de Assis, “certo é que a paisagem depende do ponto de vista, e que o melhor modo de apreciar o chicote é ter-lhe o cabo na mão”.

Certo é que ele, o Paulinho, o mais sensível, corajoso e leal dos representantes dos funcionários da fábrica, assim que assumiu as funções de chefe do almoxarifado, tornou-se o mais grosseiro representante do pequeno poder com que se sentiu ungido.

No dia em que Felipe deixou cair duas caixas de parafusos de tamanhos diferentes, não só foi advertido, como convocado a permanecer depois do horário para reorganizar as caixas. Eram muito importantes, disse ele, seriam necessárias na manhã seguinte logo cedo. “Convidado”, ele disse, porque, depois, tomariam juntos um café na esquina.

Ninguém o perdoou por aquilo, passaram a rejeitar-lhe a companhia e as brincadeiras, antes tão espontâneas, que todos recebiam com gargalhadas francas ou sorrisos sinceros.

Percebendo o mal-estar que se ampliava, a gerência pediu a presença da mediadora de conflitos recém-contratada. A certa altura, tentando justificar o que, para todos, era injustificável, lembrou o Paulinho que todos conheciam, o amigo, aquele guerreiro incansável etc. etc. E a certa altura, com a empáfia que o cargo inspira, ela disparou:

– Essas decisões que vocês julgam discricionárias é porque ele é um homem que age por vontade própria e independente.

(Mariana Sorrento, inédito)

41. É apropriado o seguinte comentário sobre o texto:
- (A) Considerar a citação de Machado de Assis como tentativa de o narrador valer-se de um testemunho autorizado é inadequado, pois esse tipo de expediente argumentativo não cabe num texto narrativo.
 - (B) Justifica-se a citação de Machado de Assis por representar a explicitação do diálogo que o narrador estabelece com o famoso escritor estritamente sob o ponto de vista formal, ou seja, por tirar proveito da estrutura “certo é que”, que intensifica a força do relato.
 - (C) A frase em que Machado de Assis é citado tem a função específica de uma epígrafe, que, de modo inovador, vem disposta em outro formato; comprava-se esse entendimento com a constatação de que a narrativa propriamente dita se inicia com *Certo é que ele, o Paulinho...*
 - (D) Os dois segmentos que compõem a citação de Machado se correlacionam por estarem sintaticamente associados, mas devem ser considerados semanticamente independentes, pois, extraídos do romance em que originalmente figuram, perdem o legítimo elo de sentido entre eles.
 - (E) O relato supõe uma situação inicial, em que as coisas “eram” de certa forma, até haver uma ruptura, que gera transformações; no segundo parágrafo, cita-se a ruptura, e o que “era” vem referido em *o mais sensível, corajoso e leal dos representantes dos funcionários da fábrica*, segmento que tem valor adjetivo.



42. É correto o que se afirma em:

- (A) (parágrafo 3) O emprego das aspas em “*Convidado*” sinaliza que se deve atribuir à palavra um sentido diferente daquele com que usualmente é empregada, mas não associado a ironia, pois esta implica traço de sarcasmo que o contexto não autoriza.
- (B) (parágrafo 5) Em *Percebendo o mal-estar que se ampliava e tentando justificar o que, para todos, era injustificável*, as duas ocorrências de gerúndio fazem parte de enunciado de valor causal.
- (C) (parágrafo 5) Ao valer-se da forma verbal *disparou*, o narrador expressa surpresa pela fala da mediadora, surpresa que, entre outras, pode ser atribuída ao fato de a mediadora ter produzido uma tautologia.
- (D) (parágrafo 5) A locução conjuntiva latina *et cetera*, abreviada “etc.”, significa “e outras coisas”, e é usada para encerrar uma enumeração; a duplicação dessa forma, no trecho, é pleonasmo injustificável, pois a repetição não acrescenta traço algum de sentido ao relato.
- (E) (parágrafo 5) A única hipótese que legitimaria o juízo expresso em *empáfia* é a de que o narrador considerou arrogante o uso do adjetivo *discricionárias*, no contexto de uma conversa; nenhuma outra atitude da mediadora poderia suscitar esse juízo do narrador.

43. Para responder a essa questão, considere o trecho de decreto legislativo fictício abaixo transcrito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento do Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Águas Cristalinas,

(1)

que os países assinaram sobre Cooperação no Campo da Pesca, tendo sido firmado em Brasília, em 13 de janeiro de 2009.

(2)

Parágrafo único Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos geradores de possíveis revisões do Memorando

(3)

*bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal*¹,

(4)

acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Senado Federal, em 1º de julho de 2012.

*Senador Mário Luís Quintana
Presidente do Senado Federal*

Obs.: ¹É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Considere, agora, as avaliações quanto à redação dos segmentos destacados no decreto, apresentadas a seguir.

- I. Em 1, a redação está clara e correta, sem necessidade de ajuste.
- II. Em 2, a construção é prolixa, devendo ser reduzida.
- III. Em 3, a formulação alternativa “quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando” seria mais clara.
- IV. Dado o conteúdo do citado texto da Constituição, deslocar o segmento para logo após a expressão *bem como* torna a redação mais precisa.

Os comentários que são legítimos são, APENAS,

- (A) II, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



44. A frase clara, coerente e em conformidade com a norma-padrão da língua é:
- (A) Por ser um romance apócrifo, não tiveram como definir a verdadeira identidade daquele que se escondeu sob o anonimato para que sua irreverente obra fosse conhecida, mas ao que tudo indica, chegarão a fixar a possível nacionalidade do autor.
 - (B) O que acabamos de descrever é exemplar de como funciona o que a palavra “oligarquia” significa; demonstra-se que o grande número de famílias mandantes atua, há décadas, naquele estado, e sintomaticamente, em causa própria.
 - (C) O palestrante focalizou tema há décadas em debate, o do conflito entre pais e filhos, sustentando que cada geração toma como referencial o seu passado, o que não deve impedir de excluir nuances e inovações.
 - (D) Em relação à sua própria história e da comunidade, pouco teve a acrescentar pois, como professor de música para jovens em situação de risco, todas as suas experiências tiveram bastante repercussão na mídia, o que propiciou o prêmio alcançado.
 - (E) Na aparente simplicidade da sua fala, reside a força que ele tem: suas palavras, na cadência de cuja espontaneidade ninguém duvida, alinhavam do mais superficial ao mais profundo assunto, harmonizando-os com a precisão e a sutileza que a ele todos vêm reputando.
45. A redação que não merece reparos, por estar clara e condizente com a norma-padrão da língua, é:
- (A) Levado em conta, como anunciado, as contradições dos juízes ao interpretarem certos lances do jogo, é compreensível que se defenda a utilização da videoarbitragem no futebol, à medida que esse recurso equivale a “olhos” de desempenho expandido.
 - (B) A propósito do que os auditores a mim reportaram: é discriminável, mesmo à primeira vista, que os gastos da entidade beneficente são inaceitáveis, motivo por que muitos creem que, se não advierem as devidas sanções, os extravios fraudulentos constatados haverão de se manter.
 - (C) Se os responsáveis pela segurança do estádio os vir entrando pela porta reservada aos funcionários, poderá ocorrer forte bate-bocas entre eles; para que se evite os episódios de agressão recentemente denunciados, necessário se faz tomar providências.
 - (D) Cerca de 515 inscritos no concurso tiveram bom desempenho, o que os fazem aptos em passar para a outra etapa da avaliação que implica habilidades mais específicas, necessárias ao exato cumprimento das peculiares funções que os distintos cargos exigem.
 - (E) Até mesmo o mais incipiente dos recém-filiados sabe que os próximos passos, e se vão haver, dependem da decisão tomada em plenária, espaço, por excelência, em que se avaliam os prós e contras de toda e qualquer sugestão, provinda de quem quer que seja, desde que imbuído do verdadeiro espírito democrático.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 46 a 51.

O nascimento da retórica é tradicionalmente atribuído ao siciliano Córax e remonta ao século V a.C., a um período histórico caracterizado pela transição de um governo tirânico para um regime democrático. Nesse período, inúmeros conflitos judiciais foram travados por cidadãos que, despojados de seus bens pela tirania, recorriam à justiça na tentativa de reavê-los. Contudo, não se conhecia a figura do profissional da advocacia como se conhece nos dias atuais, de forma que os cidadãos que buscassem a solução de seus conflitos no judiciário deveriam providenciar por si mesmos a sustentação de suas teses.

Atentos a essa crescente necessidade prática de elaboração discursiva, Córax e seu discípulo Tísias, por volta de 465 a.C., lançaram o primeiro tratado metódico sobre a arte da palavra – um manual que apresentava, de forma didática, lições de como bem sustentar uma tese em juízo, com vistas a vencer qualquer demanda. Nesse momento, a retórica, entendida como a arte de persuadir, adquiria cada vez mais prestígio, pois existia a crença de que aquele que dominasse suas técnicas seria capaz de convencer qualquer pessoa de qualquer coisa.

Da Sicília, então dominada pelos gregos, a retórica migrou para Atenas e lá encontrou terreno fértil para o desenvolvimento de seus postulados, com o florescimento da polis grega, onde as decisões políticas eram tomadas mediante ampla participação popular.

Considerando esse contexto em que nasceu e se desenvolveu a retórica, torna-se plenamente compreensível o realce que os pesquisadores dão a seu caráter sociocultural de instrumento de exercício da cidadania.

(Adaptado de: PAULINELLI, Maysa de Pádua Teixeira. Retórica, argumentação e discurso em retrospectiva. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**. Tubarão, SC, v. 14, n. 2, p. 391-409, maio/ago. 2014, p. 394. Disponível em: www.scielo.br)

46. De acordo com as informações do texto,
- (A) o surgimento da retórica está associado ao lançamento de um manual didático de persuasão, em um contexto em que o domínio da palavra era essencial ao cidadão que buscasse êxito em pleitos judiciais.
 - (B) o advento da retórica ocorreu em concomitância com a substituição de um regime tirano por um regime democrático, o que explica a busca do consenso por meio do debate imparcial e equilibrado.
 - (C) as técnicas da retórica possibilitaram equidade de direitos em uma sociedade em que os serviços de um profissional da advocacia eram escassos e pouco acessíveis à maior parte da população.
 - (D) a consolidação do regime democrático deveu-se sobretudo ao trabalho de peritos na arte da palavra, os quais muniram a população com recursos jurídicos para opor veto às decisões dos governantes.
 - (E) a arte retórica evoluiu de modo a especializar-se em estratégias de persuasão em contendas judiciais, o que deu margem ao surgimento da democracia como espaço propício para o exercício da cidadania.



47. A partir da leitura do texto, conclui-se que, inicialmente, a retórica
- (A) era acessível a uma elite conhecedora das leis, que representava e defendia os envolvidos em conflitos judiciais.
 - (B) não contemplava a veracidade do dito, uma vez que se restringia ao modo de se expressar para atingir determinado objetivo.
 - (C) gozou de grande prestígio, tendo em vista que os que conheciam suas técnicas eram capazes de convencer qualquer pessoa de qualquer coisa.
 - (D) constituía um conjunto de práticas comunicativas partilhadas oralmente pelo povo de maneira difusa e assistemática.
 - (E) não servia aos interesses do povo, mas sim de um governo tirano, que despojava os cidadãos de seus bens.
-
48. O texto organiza-se de acordo com o raciocínio
- (A) dedutivo, já que os primeiros parágrafos expõem generalizações que são avaliadas de maneira criteriosa no último parágrafo.
 - (B) indutivo, considerando que o último parágrafo apresenta uma conclusão geral a partir de fatos particulares expostos em parágrafos anteriores.
 - (C) sofista, pois as relações entre os eventos encerram uma causalidade apenas aparente, o que redundava em uma contradição.
 - (D) antitético, tendo em vista que logo no primeiro parágrafo o emprego de *Contudo* sinaliza a oposição entre dois argumentos conflitantes.
 - (E) categórico-dedutivo, pois as asserções iniciais são apresentadas como verdades universais, provadas e, portanto, inquestionáveis.
-
49. Condizente com o gênero de divulgação científica, verifica-se no texto
- (A) o emprego de uma linguagem assertiva e coloquial, visando revelar o intenso envolvimento afetivo da autora com o objeto de sua pesquisa.
 - (B) o predomínio da linguagem conotativa, a qual é explorada como recurso retórico para despertar o interesse do leitor.
 - (C) a ausência de construções características do tipo narrativo, uma vez que o texto é essencialmente dissertativo-argumentativo.
 - (D) a estratégia de ocultamento da subjetividade por meio do uso exclusivo da terceira pessoa do discurso, ainda quando se esboça juízo de valor.
 - (E) o excesso de redundâncias característico do discurso didático, o qual busca orientar o leitor para o que deve ser memorizado.
-
50. Nesse período, inúmeros conflitos judiciais foram travados por cidadãos que, despojados de seus bens pela tirania, recorriam à justiça na tentativa de reavê-los. (1º parágrafo)
- Uma construção com função sintático-semântica análoga à sublinhada no período acima também está sublinhada em:
- (A) torna-se plenamente compreensível o realce que os pesquisadores dão a seu caráter sociocultural de instrumento de exercício da cidadania. (último parágrafo)
 - (B) remonta ao século V a.C., a um período histórico caracterizado pela transição de um governo tirânico para um regime democrático. (1º parágrafo)
 - (C) Atentos a essa crescente necessidade prática de elaboração discursiva, Córax e seu discípulo Tísias, por volta de 465 a.C., lançaram o primeiro tratado metódico sobre a arte da palavra... (2º parágrafo)
 - (D) a retórica migrou para Atenas e lá encontrou terreno fértil para o desenvolvimento de seus postulados... (3º parágrafo)
 - (E) existia a crença de que aquele que dominasse suas técnicas seria capaz de convencer qualquer pessoa de qualquer coisa. (2º parágrafo)
-
51. Acerca do emprego da vírgula, está correto o que se afirma em:
- (A) No trecho *Da Sicília, então dominada pelos gregos, a retórica migrou para Atenas* (3º parágrafo), a supressão da segunda vírgula compromete a correção da frase.
 - (B) No trecho *lições de como bem sustentar uma tese em juízo, com vistas a vencer qualquer demanda.* (2º parágrafo), a vírgula é obrigatória, para todas as possibilidades de interpretação do fragmento.
 - (C) No trecho *Córax e seu discípulo Tísias, por volta de 465 a.C., lançaram o primeiro tratado metódico sobre a arte da palavra* (2º parágrafo), a retirada da primeira vírgula não compromete a correção da frase, embora altere a mensagem.
 - (D) No trecho *O nascimento da retórica é tradicionalmente atribuído ao siciliano Córax e remonta ao século V a.C., a um período histórico caracterizado pela transição de um governo tirânico para um regime democrático* (1º parágrafo), a vírgula é facultativa.
 - (E) No trecho *a retórica, entendida como a arte de persuadir, adquiria cada vez mais prestígio* (2º parágrafo), a supressão das vírgulas não compromete a correção, embora altere o sentido original.



52. A forma verbal entre parênteses deve flexionar-se de modo a concordar com o vocábulo sublinhado em:

- (A) (Caber) aos cidadãos sicilianos do século V a.C. a defesa de seus direitos, uma vez que não existia a figura do advogado.
- (B) Não (convir) que se julguem os tribunais de ontem com base nos parâmetros de hoje, pois há grandes diferenças contextuais.
- (C) Os antigos tratados de retórica muito (influenciar) a oratória moderna, a qual tem sido alvo de diversos estudos.
- (D) À retórica clássica atribuem grande importância os pesquisadores a que (interessar) a evolução das técnicas de persuasão.
- (E) (Importar) conhecer os recursos expressivos da língua, para que se possam usar os mecanismos de persuasão com eficácia.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 53 a 58.

O advento da dominação do mercado sobre a cultura tem sido amplamente percebido pelo meio intelectual como uma expropriação. E a condenação pura e simples da cultura comercializada, conforme expresso na teoria da “cultura de massa”, dominante nas ciências sociais a partir da década de 1950 e por três décadas, foi a resposta intelectual inicial. Nessa teoria, as forças mercadológicas e os comerciantes de bens culturais com fins lucrativos eram acusados de causar a uniformização cultural, a “homogeneização” de produtos culturais distintos, e, ao fazê-lo, de promover um novo tipo de cultura “fácil”, insípida e sem rosto, sobretudo em detrimento da qualidade, da “alta cultura” e da criatividade cultural em geral.

Essa homogeneização, cuja perspectiva deixou os intelectuais tão alarmados cerca de sessenta anos atrás, não ocorreu. Pelo contrário, o mercado cultural parece prosperar na diversidade cultural e pela rápida sucessão de modas culturais. A cena cultural como conjunto de forças de mercado é mais uma reminiscência, um redemoinho de produtos e padrões variados, muitas vezes opostos entre si, que uma uniformidade neutralizante e padronizadora. Foi essa ausência de padrões privilegiados, e não a maçante monotonia “fácil”, que se provou o mais sério desafio ao papel dos intelectuais ortodoxos e sua autoridade inquestionável no que diz respeito a questões de gosto e escolha cultural e ética. A escolha foi privatizada, convertida em atributo da liberdade individual e de construção da identidade.

A promoção de qualquer padrão cultural particular como essencialmente “melhor que”, ou de alguma maneira “superior a”, outras opções disponíveis ou concebíveis tem sido amplamente castigada e desdenhosamente rejeitada como um ato de opressão. Numa reviravolta inesperada, praticamente invertendo as respostas originais dos intelectuais, o mercado tem sido promovido ao posto de principal esteio da liberdade. A fundação moderna do poder coletivo dos intelectuais foi corroída: restou pouquíssima demanda pelas competências de que eles se orgulharam por toda a história moderna – de legisladores éticos e culturais, de projetistas e guardiões dos padrões culturais adequados.

Hoje os intelectuais têm pouco a oferecer à vida privada da “maioria satisfeita” dos países ricos, a menos que eles se fundam à “cena cultural” comercializada, oferecendo suas ideias como mais uma mercadoria no superlotado hipermercado de kits de identidade para montar. Eles certamente perderam seu papel como legisladores culturais, esperando, na melhor das hipóteses, tornar indispensável sua nova função como intérpretes culturais – tradutores no contínuo intercâmbio entre diversos estilos culturais autônomos, mas equivalentes.

(Adaptado de: BAUMAN, Zygmunt. **Vidas em fragmentos**: sobre a ética pós-moderna. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro, Zahar, 2011, p. 184-5)

53. A tese em torno da qual o autor estrutura sua argumentação está expressa no seguinte período:

- (A) *Nessa teoria, as forças mercadológicas e os comerciantes de bens culturais com fins lucrativos eram acusados de causar a uniformização cultural, a “homogeneização” de produtos culturais distintos, e, ao fazê-lo, de promover um novo tipo de cultura “fácil”, insípida e sem rosto, sobretudo em detrimento da qualidade, da “alta cultura” e da criatividade cultural em geral. (1º parágrafo)*
- (B) *A escolha foi privatizada, convertida em atributo da liberdade individual e de construção da identidade. (2º parágrafo)*
- (C) *E a condenação pura e simples da cultura comercializada, conforme expresso na teoria da “cultura de massa”, dominante nas ciências sociais a partir da década de 1950 e por três décadas, foi a resposta intelectual inicial. (1º parágrafo)*
- (D) *Essa homogeneização, cuja perspectiva deixou os intelectuais tão alarmados cerca de sessenta anos atrás, não ocorreu. (2º parágrafo)*
- (E) *Foi essa ausência de padrões privilegiados, e não a maçante monotonia “fácil”, que se provou o mais sério desafio ao papel dos intelectuais ortodoxos e sua autoridade inquestionável no que diz respeito a questões de gosto e escolha cultural e ética. (2º parágrafo)*

54. De acordo com o que se afirma no texto,

- (A) a liberdade de escolha do indivíduo quanto aos bens culturais é hoje determinada pelo mercado, para o qual os mais diferentes estilos são igualmente válidos.
- (B) os intelectuais deveriam manter-se fiéis ao exercício de salvaguardar os padrões culturais adequados, de modo a oferecer resistência às imposições do mercado.
- (C) a evolução da cultura pressupõe que não haja uma hierarquia entre os diferentes padrões culturais, o que justifica a presença do mercado como atual regulador dos gostos.
- (D) a cultura de massa perdeu seu caráter homogêneo no mercado atual, assim como preconizavam os intelectuais, para ser comercializada de modo fragmentado.
- (E) os intelectuais precisam aceitar sua nova condição de intérpretes culturais para reassumir a notoriedade perdida no contexto da nova ordem ditada pelo mercado.



55. O autor, em sua argumentação, estabelece oposição entre o seguinte par:
- (A) *dominação do mercado / cultura comercializada* (1º parágrafo).
 - (B) *legisladores culturais / intérpretes culturais* (último parágrafo).
 - (C) *“alta cultura” / criatividade cultural* (1º parágrafo).
 - (D) *liberdade individual / construção da identidade* (2º parágrafo).
 - (E) *história moderna / padrões culturais adequados* (3º parágrafo).
-
56. A palavra *redemoinho*, empregada no segundo parágrafo, refere-se figurativamente
- (A) à interdependência e complementariedade dos estilos culturais.
 - (B) ao caráter provisório dos padrões tradicionais da “alta cultura”.
 - (C) ao mascaramento da padronização cultural promovida pelo mercado.
 - (D) à rapidez da mutabilidade das modas culturais.
 - (E) à anulação das diferenças existentes entre as opções culturais.
-
57. Uma análise adequada de um trecho do texto está em:
- (A) Em *o mercado cultural parece prosperar na diversidade cultural e pela rápida sucessão de modas culturais* (2º parágrafo), verifica-se esforço de evitar fazer uma afirmação categórica.
 - (B) Em *O advento da dominação do mercado sobre a cultura tem sido amplamente percebido pelo meio intelectual como uma expropriação* (1º parágrafo), a expressão *dominação do mercado sobre a cultura* refere-se a um evento apresentado como hipotético.
 - (C) Em *A escolha foi privatizada, convertida em atributo da liberdade individual e de construção da identidade* (2º parágrafo), o vocábulo *privatizada* expressa o posicionamento favorável do autor à maneira como o indivíduo tem se relacionado com os bens de cultura na sociedade de mercado.
 - (D) Em *A promoção de qualquer padrão cultural particular como essencialmente “melhor que”, ou de alguma maneira “superior a”, outras opções disponíveis ou concebíveis tem sido amplamente castigada e desdenhosamente rejeitada como um ato de opressão* (3º parágrafo), a palavra *opressão* evidencia a hostilidade do autor com relação aos intelectuais de modo geral.
 - (E) Em *oferecendo suas ideias como mais uma mercadoria no superlotado hipermercado de kits de identidade para montar* (último parágrafo), a palavra *kits*, aliada a *identidade*, sugere que o autor reconhece a importância do mercado como promotor da integração social, ao fomentar o envolvimento do indivíduo em causas de apelo coletivo.
-
58. A palavra *equivalentes*, ao final do texto, retoma e corrobora o que se argumenta especificamente em:
- (A) *Essa homogeneização, cuja perspectiva deixou os intelectuais tão alarmados cerca de sessenta anos atrás, não ocorreu.* (2º parágrafo)
 - (B) *A cena cultural como conjunto de forças de mercado é mais uma reminiscência, um redemoinho de produtos e padrões variados, muitas vezes opostos entre si, que uma uniformidade neutralizante e padronizadora.* (2º parágrafo)
 - (C) *Numa reviravolta inesperada, praticamente invertendo as respostas originais dos intelectuais, o mercado tem sido promovido ao posto de principal esteio da liberdade.* (3º parágrafo)
 - (D) *A promoção de qualquer padrão cultural particular como essencialmente “melhor que”, ou de alguma maneira “superior a”, outras opções disponíveis ou concebíveis tem sido amplamente castigada e desdenhosamente rejeitada como um ato de opressão.* (3º parágrafo)
 - (E) *Hoje os intelectuais têm pouco a oferecer à vida privada da “maioria satisfeita” dos países ricos, a menos que eles se fundam à “cena cultural” comercializada...* (último parágrafo)
-
59. Conforme a norma-padrão, uma frase escrita com correção, clareza e concisão é
- (A) O Plenário da Câmara dos Deputados em regime de urgência, estará se reunindo em comissão geral nesta quinta-feira (12), às 8h, com o intuito de discutir em conjunto o futuro do setor de ciência e tecnologia no país, bem como suas perspectivas.
 - (B) O deputado declarou à representantes da imprensa nesta terça-feira (7), que só vai pautar o texto que obriga a União a repassar o valor negociado a estados e os municípios com a condição dos interessados declarar a origem dos recursos.
 - (C) Após realização de audiência pública para melhor compreender o tema e ouvidos os autores da reivindicação, os representantes do Ministério e os representantes da classe trabalhadora, conseguiram alcançar o êxito de atingir um consenso.
 - (D) A Comissão aprovou com unanimidade o projeto de lei que estabelece os critérios para certificação, de entidades provedoras de tecnologia social no país, o qual vinha recebendo críticas de algumas entidades estrangeiras interessadas em investir no país.
 - (E) Os parlamentares discutiram uma maneira de coibir a importação de alimentos – de origem animal ou vegetal – originados de países que não adotam regras de proteção ambiental similares às normas brasileiras.
-
60. Está escrito com coesão, coerência e em conformidade com a norma-padrão da língua o seguinte fragmento de um possível discurso de posse de um prefeito recém-eleito:
- (A) Meu mandato será pautado pelo compromisso de entregar aos cidadãos, jovens e idosos, uma cidade mais humana, mais acolhedora, e que vivam com mais dignidade e segurança.
 - (B) Quero agradecer todos os meus eleitores que depositaram em mim o seu voto de confiança, e de todos aqueles que me apoiaram ao longo de todo o processo eleitoral.
 - (C) Tenham a certeza de que eu e todos os que fizerem parte de minha equipe nos disporemos a trabalhar em parceria com a sociedade civil, a fim de atender as demandas do povo.
 - (D) Senhores vereadores, conclamo-vos que trabalhem ao meu lado, para concretizar os projetos que farão com que o povo se orgulhe de ter-lhes provido o seu voto.
 - (E) Conquanto não deva ser negligenciado a existência de grandes diferenças entre as pessoas que fazem parte dessa cidade, disponho-me a promover um governo probo e honesto.